

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FHELIPE EMANNUEL VICENTE DA SILVA

**As sementes germinando no sertão: o Sindicato dos Trabalhadores/as
Rurais de Inhapi e a gestação do MST em Alagoas, 1985-1989**

Delmiro Gouveia, AL
2019

FHELIPE EMANNUEL VICENTE DA SILVA

**As sementes germinando no sertão: o Sindicato dos Trabalhadores/as
Rurais de Inhapi e a gestação do MST em Alagoas, 1985-1989**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do curso de Licenciatura em História do Campus do Sertão, como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana.

Delmiro Gouveia, AL
2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

S586s Silva, Felipe Emmanuel Vicente da Silva

As sementes germinando no sertão: o sindicato dos trabalhadores rurais de Inhapi e a gestação do MST em Alagoas, 1985-1989 / Felipe Emmanuel Vicente da Silva. – 2018.

35 f. : il.

Orientação: Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana.
Artigo monográfico (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de História. Delmiro Gouveia, 2019.

1. História – Alagoas. 2. Inhapi – Alagoas. 3. Sindicato dos trabalhadores rurais – Inhapi – Alagoas. 4. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. I. Título.

CDU: 981(813.5)

Folha de Aprovação

FHELPE EMANNUEL VICENTE DA SILVA

As sementes germinando no sertão: o Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Inhapi e a gestão do MST em Alagoas, 1985-1989

Artigo submetido ao corpo docente do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão e aprovado em 06 de novembro de 2019.

Pedro Abelardo de Santana

Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana, UFAL (Orientador)

Banca examinadora:

Sergiana Vieira dos Santos

Prof.^a Ma. Sergiana Vieira dos Santos, UFAL (Examinadora)

Gercinaldo de Moura Medeiros

Prof. Me. Gercinaldo de Moura Medeiros, UFAL (Examinador)

Dedicatória

À minha mãe, Antonina Vicente da Silva, minha família e amigos.

E ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Número de entidades representando os trabalhadores e trabalhadoras de sindicatos rurais de todo o Brasil como delegados e delegadas no 1º Congresso da Central Única dos Trabalhadores 18

Tabela 02 - Sindicatos e Associações Participantes no 2.º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores de 31 de julho a 3 de agosto 1986 19

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01** - Trabalhadores na entrada da Fazenda Peba, março de 1988 24
- Figura 02** - O pistoleiro Clovis Isaias Filho ameaça os posseiros da Fazenda Peba no município de Delmiro Gouveia, junho de 1989..... 26
- Figura 03** - Trabalhadores sem terra ocupam sede do Incra exigindo desapropriação das terras ociosas em poder dos latifundiários, Maceió 21/09 a 08/10/88 29
- Figura 04** - Vista parcial da produção da Fazenda Lameirão no município de Delmiro Gouveia 20/02/1989..... 30
- Figura 05** - Capa do Jornal SEM TERRA, edição sobre o 6º Encontro Nacional do MST, de março de 1991. Na fotografia é possível identificar Genivaldo Silva segurando a bandeira do MST 31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

Concut – Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PT – Partido dos Trabalhadores

STTR – Sindicato dos Trabalhadores/Trabalhadoras Rurais

UDR – União Democrática Ruralista

Sumário

Introdução	9
1 Alguns aspectos gerais da propriedade rural alagoana	13
1.1 Cortando a cerca: a formação do MST	14
2 Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Inhapi	17
2.1 A primeira semente: primeira ocupação de terra	25
3 Considerações finais	32
Referências	34

As sementes germinando no sertão: o Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Inhapi e a gestação do MST em Alagoas, 1985-1989

Fhelipe Emmanuel Vicente da Silva

Orientador: Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana

RESUMO

Este trabalho busca compreender como se deu o processo de gestação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Alagoas, no período de 1985 a 1989. Também objetiva entender o papel desempenhado pelo o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Inhapi – mais especificamente de sua direção – na formação do MST em Alagoas e compreender o processo de luta coletiva pela terra no Alto Sertão Alagoano, a partir da primeira ocupação do estado, realizada no dia 26 de janeiro de 1987, no município de Delmiro Gouveia. Nosso trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa documental em periódicos. Analisamos documentos produzidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Todo o material encontra-se disponível, respectivamente, na Hemeroteca Luta Pela Terra e Hemeroteca Movimento Sindical armazenadas no site Armazém Memória: um resgate coletivo da história.

Palavras-chave: MST, Sindicato Rural, Alagoas.

Introdução

“O risco que corre o pau
Corre o machado,
Não há o que temer
Aquele que manda matar
Também pode morrer”¹

Este trabalho busca analisar como se deu o processo de gestação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Alagoas, no período de 1985 a 1989. Metodologicamente, utilizamos materiais produzidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Analisamos, respeitando o

¹ Trecho da música de Luiz Vila Nova, muito cantada pelos trabalhadores (as) em épocas de repressão.

marco temporal e o limite espacial (Alagoas), principalmente os seguintes documentos: Jornal SEM TERRA, Jornal da CUT, Boletim Nacional da CUT, INFORMACUT e Almanaque da CUT. Todo esse material encontra-se disponível, respectivamente, na Hemeroteca Luta Pela Terra e Hemeroteca Movimento Sindical armazenadas no site Armazém Memória: um resgate coletivo da história.²

Foi com a chegada dos portugueses, que passou a dominar e explorar esse território que chamamos de Brasil, que se inicia a luta pela terra. Historicamente, vem sendo negado o direito de acesso à terra aos povos originários, quilombolas e camponeses. A agricultura do período colonial estava voltada para a produção de monocultura para exportação, produzida em latifúndios através do trabalho escravo, elemento fundamental nesse sistema, basicamente o que ocorria era a transferência de riquezas, como o pau-brasil e a cana-de-açúcar da colônia para abastecer o mercado europeu.

A primeira localidade a ser explorada pelos invasores europeus foi a costa nordestina, a grande extensão litorânea do Nordeste. Na costa, penetrando por um ou dois quilômetros, era possível encontrar abrigo contra as forças da natureza, contra os inimigos e o principal, o pau-brasil. Se esses produtos, transportados em caravelas, chegasse a Europa, “o negócio garantia grande sucesso econômico” (ANDRADE, 2011, p. 71).

O professor Manuel Correia de Andrade (2011, p. 74), acrescenta:

Mas a posse da terra doada em extensos latifúndios, às vezes com dezenas de léguas de extensão, não era tudo. Necessário era derrubar a mata, instalar os engenhos, as casas-grandes, as senzalas, plantar os canaviais e as lavouras de mantimento. Para isso os sesmeiros necessitavam ter animais – bois e cavalos importados da Europa – e escravos.

O latifúndio, no Brasil, tem sua origem com as sesmarias do século XVI. A estrutura agrária do país exhibe um modelo agroexportador com uma enorme concentração de riquezas nas mãos de uma burguesia agrária que é arcaica e violenta. Não podemos deixar de afirmar que sempre houve focos de resistência dos povos originários contra a dominação, o extermínio da população e a destruição dos bens da natureza durante toda a história do Brasil.

A questão agrária no Brasil foi, desde sua origem, marcada pelas relações capitalistas. O campo brasileiro não se caracteriza pela chegada do capitalismo, pois este foi constituído pelo próprio capitalismo. Dessa forma, podemos afirmar que não houve uma etapa anterior no desenvolvimento do campo brasileiro, como ocorreu na Europa da Idade Média com o feudalismo. O que caracteriza a questão agrária no Brasil é a sua lentidão e a incompletude do

²O site Armazém Memória (<http://armazemmemoria.com.br/>) reúne em forma digitalizada diversos documentos que resgatam a memória da luta popular no Brasil.

desenvolvimento desse sistema econômico no universo agropecuário, desenvolvimento este que vai ser realizado na segunda metade do século XX, com a modernização da agricultura (LESSA, 2013, p. 312).

No livro **A Questão Agrária no Brasil** (1979), Caio Prado Jr., demonstra que na década de 1950, acima de trinta milhões de brasileiros, mais da metade da população do país, dependiam da utilização da terra para tirar seu sustento. A estrutura agrária era marcada pela grande concentração da propriedade fundiária, característica da economia agrária do Brasil, beneficiando única e exclusivamente uma ínfima minoria, daí decorriam os péssimos padrões de existência da grande maioria da população, que afetava não somente os padrões materiais, como também os culturais. A concentração dos estabelecimentos agropecuários com menos de 100 hectares (pequenos) e médios (de 100 a menos de 200 hectares), representavam respectivamente 85% e 6% do número total de estabelecimentos, ocupando respectivamente somente 17% e 8% da área recenseada, enquanto os grandes (9% do número total de estabelecimentos) ocupavam 75% da área total.

Entrando nas décadas de 1950 e 1960, o tema da questão agrária começou ser colocado na opinião pública brasileira sob pressão de movimentos sociais em busca da reforma agrária, como as Ligas Camponesas do Nordeste. Quando o presidente João Goulart (1961-1964), começa a falar sobre as Reformas de Base, as elites conservadoras que já estavam alarmadas pela a agitação social, buscaram o apoio das forças armadas que resultou no golpe civil-militar de 1964, que ficaria no poder durante vinte e um anos, acabando com as promessas de reformas, principalmente, a agrária. Com o golpe, os movimentos sociais sofreram a repressão brutal dos militares e seus militantes foram fortemente perseguidos e/ou mortos. Os militares garantiram a manutenção e promoveram a ampliação da estrutura concentrada das terras (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 25-27).

O MST nasce num momento de redemocratização do Brasil, depois de vinte e um anos sob uma ditadura civil-militar. O maior movimento social da história do Brasil, surge no extremo sul do país, reunindo famílias que queriam permanecer na sua região e possuir terra para plantar nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná no final da década de 1970 e início da de 1980. Esses camponeses e camponesas buscavam barrar a modernização da agricultura do país que expulsou milhares de famílias do campo, caracterizada pela hegemonia do agronegócio no mundo, desde os anos 1970, via empresas transnacionais (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 23-24).

Essas famílias contavam com o apoio de correntes progressistas das Igrejas Católica e Luterana ligadas a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que seguiam a doutrina da Teologia da

Libertação. Fundada em 1975, a CPT, é a principal expressão do que nas palavras de Michael Lowy (2018, 192), podemos chamar de Cristianismo da Libertação no Brasil, “entendemos por Cristianismo da Libertação um vasto movimento social que surgiu no começo da década de 1960, antes mesmo do Concílio Vaticano II”. Esse movimento fez “a opção preferencial pelos pobres”, não como objeto de atenção caridosa, como prega a doutrina tradicional da Igreja, mas desses pobres como agentes ativos de sua própria libertação e sujeitos de sua própria história (LOWY, 2019, p. 192).

Através desse movimento e dos seus mais diversos setores (padres, ordens religiosas, bispos e movimentos religiosos leigos), com destaque para as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que militantes participaram da criação de várias organizações populares do campo e da cidade. Dessa forma, destacamos que, “sem a existência desse movimento social não poderíamos entender fenômenos sociais e históricos de tal importância como a emergência do novo movimento operário e camponês no Brasil a partir dos anos 1970” (LOWY, 2018, p. 192).

No alto Sertão de Alagoano, a Pastoral Rural da Terra foi a principal expressão desse Cristianismo da Libertação na década de 1980. Essa entidade contribuiu no processo de gestação do MST de Alagoas. Membros da Pastoral Rural da Terra, como o trabalhador rural, Luiz Valério, também vinculado ao Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais (STTR) da cidade de Inhapi, foi o escolhido para representar os trabalhadores e trabalhadoras rurais no 1º Congresso Nacional do MST, em 1985 (SILVA, 2019, p. 25).

No estado de Alagoas, as articulações para a criação do MST, acontecem pelo menos desde outubro de 1986 no Sindicato dos Trabalhadores/Trabalhadoras Rurais de Inhapi (SEM TERRA, nº 57, 1986, p. 02). Dessas articulações resulta a primeira ocupação de terra em Alagoas.

Ao final de uma longa noite escura no alto Sertão Alagoano, do dia 26 de janeiro de 1987, nasce o MST, com a ocupação da fazenda Peba, localizada no município de Delmiro Gouveia. Pela primeira vez a bandeira do MST era cravada em terras alagoanas e tremulava no alto para transformar essas terras em terras destinadas para a Reforma Agrária conquistadas através da luta coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras sem terra. A primeira semente plantada germinou e o movimento se expandiu por todo o estado.³

O processo de gestação do MST no estado de Alagoas, no período de 1985, inicia quando Luiz Valério, trabalhador rural e membro do Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de

³ É importante destacar as contribuições das pesquisas realizadas por SILVA, 2019 e SOARES, 2018 sobre esse tema que antecedem a nossa pesquisa.

Inhapi, vai para o 1º Congresso Nacional do MST, até 1989, quando se consolida a primeira conquista do movimento em Alagoas – através da luta coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras – das terras das fazendas Peba e Lameirão, na cidade de Delmiro Gouveia.

1 Alguns aspectos gerais da propriedade rural alagoana

Segundo Lessa (2013, p. 312), historicamente, no Agreste e no Sertão de Alagoas, um numeroso campesinato livre foi subordinado pelos proprietários do capital sob mecanismos de comercialização e crédito, para atender aos seus interesses. Dessa forma, diferentemente do que ocorreu no Leste Alagoano, o que caracteriza o movimento do capital no semiárido (Agreste e Sertão) era apropriar-se da renda rural e renunciar à propriedade da terra.

Como foi o caso da fazenda Peba, na qual a relação era de parceria, arrendamento da terra pelo proprietário para os trabalhadores e trabalhadoras sem terra. A renúncia à propriedade fundiária, dar-se-ia pela instabilidade produtiva existente na maior parte da região semiárida, tal instabilidade faz com que o investimento de grande capital em unidades rurais seja evitado pelos capitalistas (LESSA, 2013, p. 312).

Dessa forma, Miguel Gandú Dacach renuncia a propriedade da terra, arrendando para as famílias sem terra, visando tornar a sua propriedade, que até então era improdutiva, em produtiva, com o objetivo de driblar a lei para que as terras não fossem incluídas no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Com essa manobra, Miguel Gandú apenas ganhava e não tinha prejuízo, enquanto as famílias sem terra trabalhavam para tentar sobreviver.

A realidade campesina no agreste e no sertão alagoano é a do pequeno produtor rural dono da sua pequena faixa de terra auxiliado por seu núcleo familiar. Este “núcleo familiar sobrevive lutando contra a baixa produtividade e parte significativa da sua pequena renda é usurpada por atravessadores e agentes financeiros. Tornando este camponês vulnerável ao poder das oligarquias locais que detém o poder econômico e político”. Outro aspecto importante no semiárido alagoano é que o latifúndio nunca prosperou de maneira significativa nessa região, diferentemente do que ocorreu no leste alagoano, onde a grande propriedade agropecuária firmou-se no setor canavieiro (LESSA, 2013, p. 311-312).

Discutindo agricultura familiar e agricultura patronal, Lessa (2013, p. 313), traz dados do Censo Agropecuário de 2006, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Sertão Alagoano a agricultura familiar ocupava uma área de 62,11%,

representando 91,59% dos imóveis; já a agricultura patronal estava numa área de 37,89% o que representava 8,41% das propriedades agrícolas. Avançando para o agreste do estado vemos esse quadro ser invertido, a agricultura familiar ocupava 38,53% da área, representando 92,25% dos imóveis e a agricultura patronal 61,47% da terra representando 7,75% das unidades produtivas. Observando esse quadro Lessa (2013, p. 313) reafirma,

a região de clima semiárido (Sertão e Agreste) tinha 50,32% de sua área agrícola (representando 91,92% dos imóveis) ocupada por um campesinato subordinado às pressões dos mercados de produtos agropecuários e de trabalho assalariado rural. Situação muito diferente daquela existente no Leste Alagoano, onde a agricultura familiar estava em apenas 13,13% da área, apesar de abarcar 85,99% dos imóveis.

Dessa forma, podemos identificar três Alagoas agropecuárias: no Sertão vemos o campesinato (sem trabalho assalariado, força de trabalho familiar e técnicas da cultura popular), no Agreste temos médios proprietários (assalariamento, força de trabalho familiar e utilização de equipamentos modernos combinados com técnicas tradicionais) e, no Leste Alagoano, a grande propriedade – latifúndio – (assalariamento, exploração da força de trabalho e base técnica moderna).

1.1 Cortando a cerca: a formação do MST

Bernardo Mançano Fernandes (2010, p. 163), faz uma periodização da formação do MST em quatro momentos, sendo estes: gestação, consolidação, institucionalização e mundialização: “Tais fases foram forjadas tanto por determinação das decisões das instâncias políticas do MST quanto pela mudança na conjuntura brasileira e global” (FERNANDES, 2010, p. 163).

O período de gestação (1979-1984), precede a fundação oficial do movimento no seu 1º Encontro Nacional, no ano de 1984. O período de consolidação (1985-1989), é o momento que o movimento expande sua escala de ação para todas as regiões do país e a sua estrutura organizativa. O terceiro momento é o período de institucionalização (1990 até o presente), quando o MST se torna a referência nacional – e também ganha reconhecimento internacional – a respeito da reforma agrária. O quarto momento é o de mundialização (1996 até o presente), quando acontece um processo de internacionalização dos movimentos do campo, com a criação e o fortalecimento da Via Campesina (FERNANDES, 2010, p. 163-164).

Um ano após a fundação oficial do MST, no seu 1º Encontro Nacional ocorrido na cidade de Cascavel, Paraná, em 1984, acontece o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A respeito desse 1º Encontro, João Pedro Stedile relata:

Nesse Encontro, estavam presentes 13 estados, com uns cem participantes. Tínhamos consciência da nossa pouca representatividade. Marcamos o Congresso para janeiro de 1985, em Curitiba (PR), com a decisão de convidar todo mundo que estava fazendo luta pela terra no Brasil. Enfim, todos os que quisessem entrar no movimento (STEDILE; FERNANDES, 2012, p. 48).

Desde sua fundação o MST, demonstra a preocupação com o processo de territorialização do movimento no Brasil. Existia a convicção da necessidade do movimento se expandir nacionalmente.

Em janeiro de 1985, no 1º Congresso Nacional do MST é dado o primeiro passo para o surgimento do MST no estado de Alagoas. Desse primeiro passo resultaria a primeira ocupação de terra no Estado.

Os convidados e participantes do 1º Congresso Nacional do MST em Curitiba (PR), em 1985, eram trabalhadores e trabalhadoras rurais que tinham um histórico de lutas em sindicatos rurais em seus Estados (SCOLESE, 2008). O Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Inhapi com o apoio da CUT, entidade da qual era filiado e da Pastoral Rural da Terra, entidade que contribuía assessorando esses trabalhadores e trabalhadoras, foi um dos sindicatos convidados para o primeiro congresso. Por sua militância no sindicato e disponibilidade, o escolhido para representar o estado de Alagoas em Curitiba foi Luiz Valério (SILVA, 2013, p. 395-396).

A palavra de ordem expressa ao final do congresso que deveria ser transformada em prática política em todos os estados pelos seus respectivos representantes era: “Ocupação é a única solução”. O representante alagoano, Luiz Valério, retorna e começa a compartilhar com seus companheiros (as) de sindicato os diálogos, as trocas de experiências e os debates realizados entre os dias 29 a 31 de janeiro de 1985. Essa palavra de ordem “Ocupação é a única solução” expressa o desejo de territorialização do movimento, “Já em seu início, o MST tomou a decisão tática de se organizar em escala nacional” (FERNANDES, 2010, p. 165).

A territorialização do MST compreende em si um período de luta ofensiva, de enfrentamento e resistência ao ocupar o latifúndio. O processo de territorialização, segundo Bernardo Mançano Fernandes (2010, p. 163), “é compreendido pelas ocupações de terra e a conquista de assentamentos rurais. A territorialização é um processo permanente na história

do MST”. O processo de territorialização da luta pela reforma agrária se dá fundamentalmente por duas manifestações políticas, ocupação e mobilização:

a ocupação da terra que acontece diariamente e tem sido a principal forma de acesso à terra no Brasil e as mobilizações de diversos movimentos camponeses para pressionar o Estado a adotar políticas de créditos, educação e moradia e outros benefícios públicos (FERNANDES, 2010, p. 162).

Antes de abordarmos o histórico do conflito envolvendo os trabalhadores sem terra alagoanos e o proprietário Miguel Gandú Dacach na Fazenda Peba, julgamos ser importante, no que diz respeito às questões conceituais, fazermos a diferenciação entre invasão e ocupação. Visto que os trabalhadores sem terra são constantemente discriminados e acusados de invadirem terras de outras pessoas, principalmente pelos meios de comunicação e reproduzido pela população sem que haja uma explicação divergente, daquela propagada, para que as pessoas tirem suas próprias conclusões.

O diálogo envolvendo ambas as partes, pode ser resumido de forma genérica a seguinte argumentação: “‘Estamos simplesmente ocupando’, alegam os sem-terra. ‘Estão invadindo’, respondem os latifundiários” (SILVA, 1997, p. 111). É necessário ir a fundo nessa discussão, para tal, vamos utilizar a obra **A reforma agrária brasileira na virada do milênio** (1997), escrita por José Gomes da Silva.⁴

No início de tudo o planeta terra não dispunha de cercas ou divisas como as que conhecemos atualmente, havia apenas divisas naturais, causadas pela ação da natureza sobre o planeta. Portanto, a terra era de todos os seres que habitavam esse planeta. Com o passar do tempo, através da ação do homem, a terra foi sendo apropriada, “fosse pela força - por meio da lei do mais forte, como tem acontecido no Brasil – fosse por diferentes artifícios legais” (SILVA, 1997, p. 111).

Com essa apropriação, pressupõe-se que obrigatoriamente essa terra vai ser cultivada porque é uma fonte de produção de alimentos para subsistência. Dessa forma, o direito sobre a propriedade da terra agrícola é totalmente diferente do direito de propriedade sobre qualquer outra coisa (SILVA, 1997, p. 112).

Visto que a nossa Constituição Federal de 1988 (inciso XXIII do art. 5º), traz que “a propriedade atenderá sua função social”, portanto, a propriedade que não atender a sua função

⁴Engenheiro agrônomo, doutor em Agronomia pela USP e mestre pela Universidade de Illinois. Foi presidente da SUPRA - Superintendência de Política Agrária, responsável pelo IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, presidente do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e foi fundador, presidente e conselheiro da ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária.

social deve ser desapropriada para fins de reforma agrária. No seu livro, José Gomes da Silva, traz a interpretação de

juristas e professores de Direito, como Fábio Comparato, Luiz Edson Fachin e Régis de Oliveira, advertem para as profundas diferenças éticas, jurídicas e pragmáticas entre ‘invadir’ e ‘ocupar’. Segundo essas autoridades, ‘invadir’ significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém, ‘ocupar’ diz respeito, simplesmente, a preencher um vazio – no caso, terras que não cumprem sua função social (1997, p. 112).

A ocupação é uma forma coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras sem terra de se organizarem para lutar pelo direito a vida, que é superior ao direito a propriedade privada, como afirma José Gomes da Silva (1997, p. 116): “A ocupação de terra ociosa ainda ganha em compreensão e legitimidade se considerar que ela é sempre realizada em agudo estado de necessidade e desespero por gente que não está com a propriedade, e sim com a vida, sob risco”.

No livro **Brava Gente**, Bernardo Mançano Fernandes, dialogando com o membro da Coordenação Nacional do MST, João Pedro Stedile, faz a seguinte pergunta: “A ocupação é o que deu vida à luta pela terra. Sem ocupação, o MST não nasceria e, sem ela, morre. É isso?” A resposta de Stedile é imediatamente contundente e afirmativa: “É isso” (STEDILE; FERNANDES, 2012, p. 113).

É preciso estabelecer essa distinção de forma definitiva. A ocupação é uma forma de organização na qual os trabalhadores/as pressionam e denunciam para toda a sociedade a enorme concentração de terras e chamam a atenção do poder público para que resolva de forma urgente a situação de extrema necessidade em que vivem esses (as) camponeses (as). Uma ocupação e acampamento é uma forma de organização que aglutina pessoas que buscam um mesmo propósito: a luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social.

A estrutura do nosso texto, a seguir, destaca a importância do Sindicato dos Trabalhadores/Trabalhadoras Rurais de Inhapi e de seu núcleo dirigente nesse processo de gestação. No berço do sindicato germinaram as sementes que fundariam o MST de Alagoas.

2 Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Inhapi

A existência do STTR de Inhapi, no alto Sertão Alagoano foi fundamental. Dentro desse sindicato aconteceram as primeiras articulações para a criação do MST em Alagoas (SEM TERRA, nº 57, 1986, p. 02). Desse sindicato, dos membros de sua direção, saem as

primeiras lideranças do MST em Alagoas. Além de Luiz Valério, podemos destacar os nomes de José Ferreira de Oliveira (Cazuza) e Genivaldo Vieira da Silva (Genivaldo Silva), que foram os representantes de Alagoas na Executiva Nacional do MST.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Inhapi e, principalmente, o seu núcleo dirigente se destaca, como um grupo político combativo e bem articulado na região. Membros desse sindicato fizeram parte da primeira Direção Nacional da CUT, aprovada no 1º Congresso Nacional da CUT (1º Concut) que aconteceu em São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, onde participaram novecentas e trinta e sete entidades, com a presença de 5.222 delegados/as de todo o Brasil.

No 1º Concut, realizado nos dias 24, 25 e 26 de agosto de 1984, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, "enfrentaram enormes dificuldades, de viagem, de alojamento (aonde o frio e chuva gelada de S. Paulo foram encarados de marmita na mão, havaiana no pé, cobertor e pinga) para discutir os rumos de suas lutas" (JORNAL DA CUT, 1984, nº 1, p. 3), no qual foi avaliado o primeiro ano de implantação da Central Única dos Trabalhadores, fundada em 28 de agosto de 1983, e a situação econômica e social do País.

As principais resoluções aprovadas foram: organização de uma campanha nacional de luta em torno das reivindicações imediatas, a luta pelas Diretas Já e a definição da greve geral como principal instrumento de luta dos trabalhadores/as. É também aprovado que,

cabe à CUT assumir nacionalmente a luta pela redenção do homem do campo pelo que se propõe: 1. luta pela reforma agrária radical, ampla, massiva e imediata, sob o controle do conjunto dos trabalhadores (JORNAL DA CUT, 1984, nº 1, p. 9).

Um dado muito relevante a ser observado nesse 1º Concut é o número de entidades representando os trabalhadores e trabalhadoras de sindicatos rurais de todo o Brasil como delegados e delegadas no congresso, como podemos ver na tabela abaixo.⁵

Tabela 01 – Participantes do 1º CONCURTO, 1984

<i>Classificação</i>	<i>N.º Entidades</i>	<i>N.º Delegados</i>	<i>N.º de Observadores</i>	<i>N.º total de participantes</i>
<i>Rurais</i>	308	1.590	02	1.592
<i>Indústria</i>	144	1.048	06	1.054
<i>Serviços</i>	246	1.357	17	1.374
<i>Associações</i>	239	1.227	13	1.240
<i>TOTAL</i>	937	5.222	38	5.260

⁵ JORNAL DA CUT, 1984, nº 1, p. 3.

Como podemos observar, a maior base participando do 1º Concut foi composta de trabalhadores e trabalhadoras rurais, com um número total de 1.592 participantes.⁶ Dentre Os sindicatos de trabalhadores rurais, federações rurais e delegados de bases rurais estava o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Inhapi. Nessa ocasião, Alagoas estava representado por nove entidades que enviaram catorze delegados para o congresso.

Na composição final da Direção Nacional da CUT, escolhida no seu 1º Concut, os escolhidos para representar o estado de Alagoas, foram, como efetivos: Pedro Luiz da Silva (Presidente do STI Urbanas de AL) e José Francisco de Lima (Sindicato. Profis. de Enfermagem de AL); como suplentes, foram escolhidos: José Gomes da Silva (Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Const. Civil de AL) e José Joaquim da Silva, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Inhapi (JORNAL DA CUT, 1984, nº 1, p. 4).

Assim como Luiz Valério, no 1º Congresso Nacional do MST, José Joaquim da Silva ao retornar do 1º Congresso Nacional da CUT, compartilhou com seus companheiros (as) de sindicato os debates, aprendizagens e experiências compartilhadas durante o 1º Concut. Também podemos destacar que esse núcleo político ativo do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Inhapi acompanhava o debate político nacional, através dos materiais da CUT, como por exemplo, o Suplemento Informativo nº 06, do Jornal da CUT de dezembro de 1984, sob o título de **Reforma Agrária**, dedicado a situação no campo.

No dia 9 de julho de 1985, aconteceu no município de Craíbas, no agreste alagoano, um encontro com lideranças sindicais e trabalhadores rurais dos municípios de Inhapi, Delmiro Gouveia, Piranhas, Joaquim Gomes, Craíbas, União dos Palmares e Arapiraca, promovido pela CUT de Alagoas, "onde se discutiu a reforma agrária, [...] e, por fim, foi criada a Secretaria Rural da CUT/AL, que terá como função viabilizar o processo de consolidação da CUT no meio rural e ajudar a luta dos trabalhadores da região pela reforma agrária" (BOLETIM NACIONAL DA CUT, nº 03, 1985, p. 14). A discussão feita no encontro fez uma avaliação de conjuntura que demonstra o nível político dos (as) trabalhadores (as) presentes no encontro, que merece destaque. A avaliação inicia assim:

Durante oito horas de trabalho foi feita uma ampla avaliação sobre a luta pela reforma agrária e chegou-se à conclusão de que as propostas do governo são insuficientes para uma real transformação agrária no país, pois elas não

⁶ Observação: Rurais participantes: Sindicatos de Trabalhadores Rurais + Federações Rurais + Delegados de Base Rurais; Indústrias participantes: Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria + Delegados de Base Indústria; Serviços participantes: Sindicatos de Trabalhadores dos Serviços + Federações Urbanas + Delegados de Base Serviços; Associações participantes: Associações dos Funcionários Públicos + Associações Pré-Sindicais + Associações Profissionais.

definem concretamente a situação dos latifúndios produtivos e improdutivos, bem como das terras em mãos das empresas estrangeiras. O Encontro concluiu que a reforma agrária no Brasil só virá sobre forte e cerrada pressão dos trabalhadores rurais e discutiu detalhadamente essas formas de pressão (BOLETIM NACIONAL DA CUT, nº 03, 1985, p. 14).

Nessa avaliação já podemos ver que os trabalhadores (as) presentes no encontro tinham consciência de que a reforma agrária é fruto da luta e da pressão dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, sendo eles (as) protagonistas de sua luta.

O 2º Congresso Nacional da CUT (2º Concut), foi realizado nos dias 31 de julho, 1, 2 e 3 de agosto de 1986, no Maracanãzinho, no Rio de Janeiro, com a participação de 5.564 delegados, de 1.014 entidades, representando 12.423.214 trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. Na tabela abaixo, extraída do **Almanaque da Central Única dos Trabalhadores**,⁷ podemos ver a representatividade no 2º Concut.

Tabela 02

Sindicatos e Associações Participantes no 2.º Congresso Nacional da CUT 31 de julho, 1, 2 e 3 de agosto 1986			
<i>Classificação</i>	<i>N.º Entidades</i>	<i>N.º Delegados</i>	<i>Trab. Representantes</i>
Rurais	366	1953	4.345.557
Indústria	182	1201	3.029.384
Serviços	276	1464	3.678.320
Fun. Público	114	616	979.650
Prof. Liberais	76	330	390.303
Total	1014	5.564	12.423.214

Como no 1º Concut, a base com maior número de delegados no 2º Concut foi novamente de entidades rurais. Entre as resoluções aprovadas no congresso, podemos destacar:

9. Questão agrária e violência no campo.

Depois de aprovar uma extensa análise da situação do campo, o congresso definiu as bandeiras gerais de luta, sob o título "Sem reforma agrária não há paz".

- Terra para quem nela vive e trabalha
- Legalização imediata de todas as terras ocupadas pelos trabalhadores rurais
- Fim da parceria e do arrendamento
- Terra também para os assalariados
- Áreas máximas para as propriedades rurais, respeitando as deliberações das entidades dos trabalhadores rurais

⁷ALMANAQUE DA CUT, 1986, p. 14.

- Desapropriação imediata dos latifúndios sem indenização e confisco das propriedades obtidas pela grilagem
- Expropriação das terras das multinacionais. Fim da exploração de nossas riquezas pelas multinacionais.
- Demarcação imediata das terras indígenas, suficientes para os povos que nelas habitam.

(SUPLEMENTO DO BOLETIM NACIONAL DA CUT, nº 09, 1986, p. 03).

Além das resoluções aprovadas no 2º Concut, foi também escolhida a Direção Nacional. E novamente, entre os representantes do Estado de Alagoas, dessa vez como efetivos, estava um membro do STTR de Inhapi, o escolhido foi o secretário geral do sindicato, José Ferreira de Oliveira (Cazuza). Cazuza vai aparecer como a Liderança Nacional do MST em Alagoas, no Jornal SEM-TERRA, (fevereiro-março de 1987, p. 02, nº 60). Também foi escolhido como suplente, representando Alagoas, para a Direção Nacional da CUT, Talvanes Manoel Vieira, Presidente do STR de Delmiro Gouveia (ALMANAQUE DA CUT, 1986, p. 24).

Em outubro de 1986, é realizado no STTR de Inhapi, o 1º Encontro do Departamento Rural da CUT, no qual participaram trabalhadores e trabalhadoras rurais de Sergipe e Alagoas. Foram discutidas formas de luta para o avanço da reforma agrária na região (SILVA, 2013, p. 396). No encontro,

Foi tirada uma Comissão para conhecer a resistência das famílias acampadas no município de Borda da Mata, no Estado de Sergipe. Visava impulsionar a luta pela terra em Alagoas, uma vez que o processo de luta pela terra já se encontrava mais avançado em Sergipe (SILVA, 2013, p. 396).

As histórias dos movimentos dos trabalhadores rurais sem terra de Alagoas e Sergipe tiveram colaboração permanente. Os trabalhadores/as de Sergipe, por estarem num processo de luta pela terra mais avançado, ajudaram e orientaram os trabalhadores (as) rurais de Alagoas no seu início. Essa solidariedade entre os trabalhadores (as) é um dos princípios do MST.

O núcleo de trabalhadores (as) do STTR de Inhapi, também foi responsável pela reestruturação do Partido dos Trabalhadores (PT) na região. Em julho de 1987,

Mais de 65 trabalhadores rurais do sertão alagoano estiveram reunidos, recentemente, na sede do seu sindicato. O objetivo da reunião, que durou um dia inteiro, foi elaborar planos de luta para a reestruturação do Diretório do Partido dos Trabalhadores, (PT), no município Inhapi.

A iniciativa dos trabalhadores resultou em diversos planos concretos, entre os quais uma campanha de filiação, formação de novas bases, organização das já existentes e reestruturação do Diretório.

A reunião foi coordenada por membros da Igreja, pelo movimento dos Sem Terra e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (JORNAL SEM TERRA, nº 64, 1987, p. 04).

A maneira combativa de atuação do STR de Inhapi criava divergências e conflitos na região, como podemos observar na divergência com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santana do Ipanema quanto ao tempo destinado na pauta para os (as) lavradores (as) que lotaram a praça dessa cidade no dia 25 de maio de 1987, e “esperavam ter vez e voz para denunciar as injustiças de que são vítimas e exigir, das autoridades presentes, a reforma agrária de que o governador Fernando Collor tanto fala na televisão” (SEM TERRA, nº 64, 1987, p. 04). Ao apresentar a pauta da reunião, Miguel Caetano, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santana do Ipanema, reservou “15 minutos para as autoridades, 10 para a Igreja e apenas 3 para os trabalhadores. Ainda assim, com tempo tão escasso, os trabalhadores da terra puderam denunciar o conflito da fazenda Peba, em Delmiro Gouveia” (SEM TERRA, nº 64, 1987, p. 04).

Outro conflito envolvendo o núcleo do STR de Inhapi, aconteceu com seu membro José Joaquim da Silva, ele que foi representar o sindicato no 1º Concut, e escolhido como suplente na composição da primeira Direção Nacional da CUT. O dirigente sindical, que foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade de Inhapi, também era o presidente do partido neste município, foi preso por apoiar o candidato do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva na eleição presidencial de 1989. Nessa eleição, Lula disputava a Presidência da República com o ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello do PRN (Partido da Reconstrução Nacional). A situação que envolveu José Joaquim da Silva, foi a seguinte:

após dois dias de prisão ilegal, foi libertado por pressão popular no dia 4 de dezembro. José foi preso por razões políticas. O prefeito local é da família da esposa do candidato Fernando Collor de Mello. O PT na região é combatido e mobilizou milhares de trabalhadores em dois comícios recentes. [...]. Durante os dias de prisão, os trabalhadores de Inhapi, levaram sua solidariedade a José Joaquim. Realizaram vigílias permanentes e manifestações. Ao ser libertado, o PT realizou um comício em favor da campanha do Lula, em frente a casa do líder preso (SEM TERRA, nº 90, 1989, p. 7).

O protagonismo e a importância dos trabalhadores/as membros do Sindicato dos Trabalhadores/Trabalhadoras Rurais de Inhapi e deste sindicato para a região é evidente. O seu núcleo dirigente esteve presente em grandes momentos da história da luta do movimento dos/as trabalhadores/as do campo e da cidade no final do século XX no Brasil. Como vimos,

José Joaquim da Silva esteve presente e foi escolhido como suplente para compor a direção nacional da CUT no 1º Concut, no ano de 1984. Em 1985, Luiz Valério foi o representante enviado pelo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Inhapi no 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. No 2º Concut, realizado em 1986, José Ferreira de Oliveira (Cazuza), Secretário Geral do STTR de Inhapi, foi escolhido como membro efetivo para a direção nacional da CUT. Em outubro desse mesmo ano, começam as articulações para a criação do MST em Alagoas, onde foi realizado um encontro de trabalhadores rurais sem terra da região no STR de Inhapi (SEM TERRA, nº 57, 1986, p. 02). No dia 26 de janeiro de 1987, é realizada, com a participação do núcleo dirigente do STR de Inhapi, a primeira ocupação do estado de Alagoas.

O berço do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de Alagoas é o município de Inhapi, o núcleo dirigente do STTR de Inhapi, cujas lideranças aderiram as resoluções do Congresso do MST. Destas, podemos citar os nomes de:

- Luiz Valério – “agente de base do STTR/Inhapi e do MST, designado para atuar na organização e convencimento dos (as) trabalhadores (as) no conflito de terra na Fazenda Peba no município de Delmiro Gouveia” (SILVA, 2019, p. 26).
- Cazuza, “membro da coordenação nacional do MST em Alagoas e especificamente no estado, contribuía na articulação política, institucional com a classe política e as instituições” (SILVA, 2019, p. 26).
- Genivaldo Silva – membro do STTR de Inhapi e da coordenação nacional do MST em Alagoas⁸.
- Severino – foi o primeiro secretário do MST em Alagoas, atuando na secretária que funcionava dentro do STTR de Inhapi e também contribuía com matérias para o Jornal SEM TERRA (SILVA, 2019, p. 26; SEM TERRA, 1988, nº 77, p. 08).
- Maria Zilma – “realizava o trabalho de convencimento das mulheres e jovens, para a inserção na luta pela terra, sensibilizando os chefes de famílias a deixarem as mulheres e jovens a participarem da ocupação” (SILVA, 2019, p. 26).

⁸. Numa entrevista ao Jornal SEM TERRA (1989, nº 83, p. 05), Genivaldo Silva fala um pouco do histórico do movimento em Alagoas, as alianças e de como se deu o início de sua militância: “começamos com o movimento no estado, no final de 87. A implantação e primeiras ações, nos primeiros meses de 88. No encontro estadual em dezembro, avaliamos falhas e acertos, escolhemos novas equipes. Temos apoio de vários STR, no sertão (faço parte do sindicato de Inhapi), o STR T. Vilela e Palmeiras dos Índios, no agreste. Também sindicatos urbanos da CUT, alguns padres e freiras. Comecei a militância sindical em 85. Conheci o MST. Agora pedi liberação no sindicato, e trabalho a nível mais amplo pela reforma agrária”.

- Maria Soares e Dilma.⁹ Posteriormente, também podemos destacar o nome de João Daniel – atualmente é deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores do estado de Sergipe, designado da região Sul para ajudar na consolidação do MST em Sergipe e Alagoas (SILVA, 2013, p. 397).

É importante destacar que a Pastoral Rural não concordou com esse método de ação e trabalho – com essa metodologia empregada pelo MST, de várias ocupações massivas em sequência. A Pastoral Rural, “só aceitava a realização de uma outra ocupação quando a primeira fosse concluída (SILVA, 2013, p. 397), o que era totalmente contra os métodos adotados pelo MST.

De forma bastante resumida, os métodos organizacionais do MST, que tem como modelo as experiências desenvolvidas pelo MST no sul do Brasil, consistem em algumas etapas: 1ª o envio de militantes para regiões reconhecidas pelo conflito agrário para realizar o trabalho de base com famílias para as suas ocupações - o conflito agrário proporciona as condições necessárias para esse trabalho de base; 2ª a escolha de onde e quando fazer uma ocupação - nessa etapa toda a logística e os detalhes são meticulosamente pensados, apenas os militantes sabem desses detalhes para evitar que toda a ação seja vazada, as famílias devem ficar preparadas para a qualquer momento a ocupação acontecer; 3ª as ocupações de massa, ou seja, tem que envolver o maior número possível de pessoas; 4ª a formação de um único acampamento compactado, onde as famílias são divididas em núcleos de base, ajudando na coordenação das atividades do acampamento e um rígido código de disciplina, que deve ser seguido por todos os membros do acampamento, caracterizada por um *ethos* coletivista. Toda essa estrutura privilegia a organização coletiva (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010, p. 269).

Pessoas que nunca haviam se organizado na vida, que não tinham noção do poder da organização, tomam consciência e passam a agir politicamente de forma ativa, capazes de marchar durante semanas debaixo do sol escaldante e de chuva, dormindo à beira das

⁹ Maria Soares e Dilma participam do IV Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – cujo número de mulheres não chegou a atingir a cifra de 20% dos delegados presentes –, no Encontro a participação das mulheres foi debatida por Maria da Penha, da Paraíba, da executiva da CUT e da Coordenação Nacional das Mulheres, Eliete da coordenação estadual do MST do Espírito Santo, Elizabete de Souza do Movimento das Mulheres da Bahia, Bete Almeida do Valo da Bahia e Querubina do Maranhão, na ocasião, a respeito da participação e da presença das mulheres no encontro, ambas falaram:

- “Maria Soares – Sou do Estado de Alagoas e tal como as mulheres, os movimentos eram poucos e desorganizados. Mas conseguimos vir até o Encontro e, no próximo, estaremos com bem mais companheiras.

- Dilma – Estou há pouco nos movimentos, mas acho que tudo é uma questão de tempo e organização” (SEM TERRA, 1988, n° 70, p. 14).

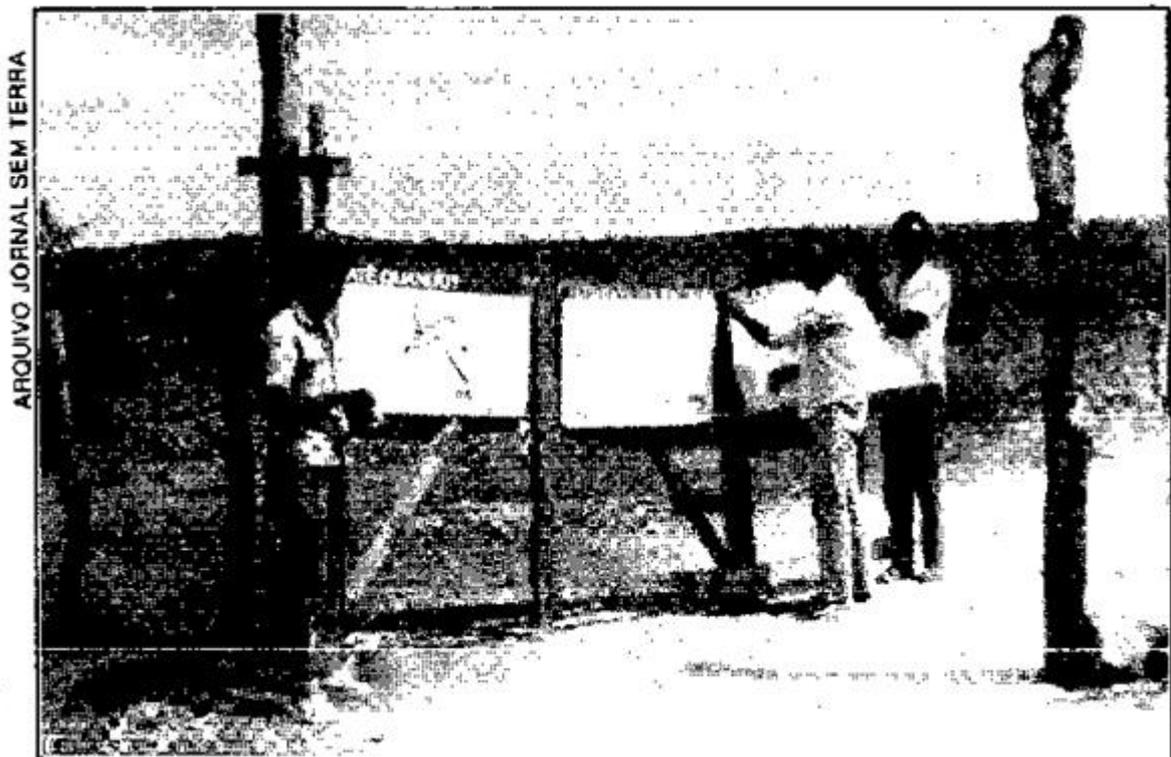
estradas, firmes e determinados por um propósito: a luta pela terra, a reforma agrária e a transformação social.

Esses sindicalistas incorporaram à sua prática combativa os métodos utilizados pelo MST, dispondo da criatividade de novas formas de ação diante das realidades e condições locais para realizar a organização dos trabalhadores (as), as ocupações e as mobilizações pela terra e a reforma agrária em Alagoas.

2.1 A primeira semente: primeira ocupação de terra

“Não podemos recuar. Só nos resta o confronto com o governo, porque a reforma agrária é uma questão de vida ou morte e nós vamos consegui-la nem que seja na marra” – Genivaldo Vieira Silva, da coordenação nacional do MST (SEM TERRA, 1990, nº 95, p. 15).

Figura 01: Trabalhadores na entrada da Fazenda Peba.¹⁰



As articulações para a criação do MST alagoano acontecem dentro do Sindicato dos Trabalhadores/Trabalhadoras Rurais de Inhapi, o jornal SEM TERRA (nº 57, 1986, p. 02),

¹⁰ SEM TERRA, 1988, nº 71, p. 09.

traz a boa nova: a entrada dos trabalhadores sem terra alagoanos no MST; através da seguinte saudação, sob o título de **Alagoas no Movimento**:

Na primeira semana de outubro, realizou-se um encontro regional de trabalhadores sem terra alagoanos. Participaram lavradores de quatro municípios da região de Inhapi, onde está começando a articulação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Estado. Bem vindos companheiros de Alagoas!

Essas famílias sem terra articuladas pelo STTR de Inhapi e a Pastoral Rural da Terra vão realizar a primeira ocupação do estado no dia 26 de janeiro de 1987, em Delmiro Gouveia. A ocupação da fazenda Peba foi a primeira semente da luta pela reforma agrária plantada no estado de Alagoas. A fazenda Xingó, conhecida como Peba, com 1.200 hectares, situada a seis quilômetros da cidade de Delmiro Gouveia, pertencente a Miguel Gandú Dacach, um proprietário que era o articulador da União Democrática Ruralista (UDR) na região sertaneja e que residia na cidade de Salvador, Bahia. Até 1984, a propriedade era totalmente improdutiva e despovoada (SEM TERRA, 1988, nº 71, p. 09).

O proprietário, em novembro de 1984, com medo de que a sua propriedade fosse incluída no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) – a fazenda que era devoluta não entrou no PNRA, sendo anistiada pelo Incra com a condição de produzir. Para tornar sua terra produtiva, convidou as famílias para produzir na fazenda, com a condição de que elas fizessem roçados. Através do seu administrador conhecido como Graço, fez um acordo com sessenta e seis famílias sem-terra para que ocupassem e produzissem, arrendando cerca de 500 tarefas pelo prazo de três anos. Ao perceber que a prometida reforma agrária não sairia na Nova República, o proprietário resolveu tomar as terras de volta e tirar essas famílias da terra a força. As terras já estavam totalmente cultivadas (SEM TERRA, 1987, nº 59/67, p. 06).

O conflito teve início quando, em novembro de 1986,

ele exigiu a terra para colocar dezenas de cabeças de gado e deu um prazo para que fosse feita a colheita de milho, feijão, algodão, batata e arroz. Acabou colocando o gado dentro das roças, sem que os trabalhadores colhessem a safra. Mesmo assim, os lavradores ficaram na terra exigindo seus direitos e recusando a insignificante indenização, oferecida sob ameaças, de Cz\$ 100,00 por tarefa. Por isso, a polícia apareceu na área para acuar e intimidar os lavradores e, no dia 9 de novembro, eles foram intimados a responder a uma audiência em Maceió, junto com o sindicato local, não tendo ao menos um advogado para defendê-los. As ameaças prosseguem, não só aos trabalhadores, mas também às pessoas da Igreja (SEM TERRA, 1987, nº 59, p. 06).

Em maio de 1987, o processo de desapropriação da fazenda Peba foi aprovado pela Comissão de Reforma Agrária do Estado. Em julho de 1987, o Ministério da Reforma Agrária

e Desenvolvimento Agrário recebeu o processo, mas até outubro deste mesmo ano ainda não tinha se pronunciado a respeito (SEM TERRA, 1987, nº 67, p. 06).

Além de serem ameaçadas de morte por Miguel Gandú Dacach e pelo seu pistoleiro Clóvis Isaias Filho, essas famílias resistiram as várias tentativas de expulsão da terra. Em setembro de 1987:

Clóvis Isaias Filho, que armou um grupo de 10 capangas. Eles invadiram a área e iniciaram a construção de uma cerca, além de colocar mais ou menos 30 cabeças de gado na roça. Clóvis Isaias afirma ter comprado as terras de Miguel Dacach.

Os posseiros não se intimidaram. A exemplo de outras vezes, conseguiram mostrar sua capacidade de organização, obrigando o latifundiário Clóvis Isaias a parar de construir a cerca e retirar o gado. É natural, portanto, que o clima na área seja de tensão, uma vez que as autoridades não combatem a violência. Muito ao contrário, são cúmplices dos latifundiários. Os trabalhadores culpam também ao governo da Nova República, representado pelo INCRA e o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, que demonstra incapacidade política de realizar a tão esperada reforma agrária (SEM TERRA, 1987, nº 67, p. 06).

Figura02: O pistoleiro Clovis Isaias Filho ameaça os posseiros da Fazenda Peba no município de Delmiro Gouveia, junho de 1989.¹¹



¹¹SEM TERRA, 1989, nº 88, p. 23.

Como podemos observar, o clima de tensão na área era permanente. A correlação de forças envolvendo os trabalhadores/as rurais sem terra, o proprietário, seu pistoleiro, seus jagunços e as autoridades locais pesou para o lado de Miguel Gandú, o resultado foi o despejo dessas famílias da área ocupada,

Durante dois anos os trabalhadores cultivaram a terra sem problemas. Em fins de 86, já com 170 hectares beneficiados, o latifundiário ordenou que os trabalhadores deixassem a terra. Como ainda não tinham completado a colheita, 66 famílias resistiram e o fazendeiro soltou o gado nas suas roças. O conflito generalizou-se: de um lado, a resistência dos lavradores e, do outro, as investidas dos jagunços de Miguel Gandú e de seu representante, chamado Dr. Clóvis. Em setembro de 87, com mandado de despejo assinado pelo o juiz de Delmiro Gouveia, a polícia expulsou os trabalhadores e queimou suas casas (SEM TERRA, 1988, nº 71, p. 09).

Depois desse despejo violento, com alguns meses de organização as antigas famílias sem terra juntamente com outras famílias, reagruparam as forças e “voltaram à terra dispostos a lutar até as ultimas consequências” (SEM TERRA, 1988, nº 71, p. 09).

Era uma madrugada do dia 26 de fevereiro de 1988, quando:

Os trabalhadores sem terra chegaram ao local em caminhões especialmente contratados. Segundo líderes do MST, os sem terra decidiram ocupar a fazenda por causa do desmoronamento do Plano Nacional de Reforma Agrária e porque estavam desiludidas com o governo estadual, que não cumpre suas promessas. Para os trabalhadores, a necessidade da terra é para hoje e o governo, ao que demonstra, não está disposto a fazer uma reforma que atenda os interesses da classe trabalhadora. Daí a conclusão de que a Reforma Agrária de verdade terá de ser feita pelos trabalhadores (SEM TERRA, 1988, nº 71, p. 09).

Neste mesmo dia em que essas famílias sem terra reocuparam as terras,

o juiz de Delmiro Gouveia foi com a Polícia até o acampamento e deu um prazo de 24 horas para os lavradores abandonarem a fazenda. Acontece que os lavradores logo perceberam que a “ordem” do juiz era antiga e sem qualquer valor e lhe responderam que jamais deixariam a terra.

Apesar de articulador da UDR, Miguel Gandú entendeu que a força dos trabalhadores organizados é maior que seu poderio econômico. Segundo algumas versões não confirmadas, o fazendeiro está em contato com as autoridades para conseguir indenização e não mais para exigir a expulsão dos trabalhadores.

“Terra não se ganha, se conquista”. Assim cerca de 70 famílias sem terra do alto sertão alagoano estão dando passos concretos na caminhada para a realização da Reforma Agrária dos Trabalhadores (SEM TERRA, 1988, nº 71, p. 09).

A correlação de forças nesse conflito mudou em poucos meses, as famílias sem terra se organizaram para realizar novamente a ocupação da Fazenda Peba, desta vez para permanecer na terra até a sua conquista.

A luta pela terra não acaba com a ocupação, ela se inicia com a ocupação. Os trabalhadores e trabalhadoras sem terra começam a se mobilizar para pressionar as autoridades locais, estaduais e federais para conseguir a desapropriação da terra. Aqui entra outro fator muito importante nesse processo de luta que são as manifestações, com o objetivo de pressionar o poder público e denunciar a situação em que vivem as famílias sem terra. A principal forma de manifestação é a mesma do princípio: a ocupação de prédios públicos.

Foi o que ocorreu às quinze horas dia 27 de abril de 1988, quando os acampados da Fazenda Peba, em resposta a indiferença do governo estadual comandado por Fernando Collor de Melo em resolver os problemas de terra em Alagoas, decidiram ocupar o pátio da Secretária da Agricultura do Estado, além de cobrar a desapropriação da terra, os acampados também reivindicavam alimentação, máquinas, sementes e uma audiência com o ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho. A ocupação se desenrolou da seguinte forma,

Depois de muito barulho e pressão dos lavradores, que batiam em canos e gritavam palavras de ordem, no dia 28, às 10 horas da manhã, o secretário da Agricultura, Olavo Calheiros, recebeu em audiência uma comissão dos acampados do Peba e um dirigente da Central Única dos Trabalhadores – CUT, de Alagoas.

Foram três horas de negociações. Enquanto a comissão dos acampados negociava com o secretário, em seu gabinete, no terraço do prédio mais de 50 pessoas continuavam a pressão, cantando, fazendo barulho e gritando palavras de ordem.

Como resultado da extensa negociação, os trabalhadores arrancaram do Governo o seguinte compromisso: alimentação para os acampados por mais ou menos dois meses e cinco mil quilos de sementes para o plantio. Além disso, conseguiram marcar uma audiência dos acampados da Fazenda Peba com o ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, que os recebeu no dia 4 passado.

A manifestação durou até a tardinha do dia 29, pois os trabalhadores só se retiraram do local depois que arrancaram os vários compromissos do secretário. Como novidade, observou-se que a famosa Polícia do governador Fernando Collor de Melo, que só é democrático fora de seu Estado, não interferiu na manifestação (SEM TERRA, 1988, nº 73, p. 06).

As mobilizações das famílias de lavradores na capital do estado para pressionar as autoridades e exigir a desapropriação da Fazenda Peba continuaram,

Em setembro, os agricultores tinham ocupado a sede do MIRAD; em virtude de serem iniciadas negociações, aceitaram transferir-se para a calçada em frente ao local. No entanto o governador Fernando Collor recusou o pedido dos trabalhadores, para serem assistidas as 35 crianças doentes das famílias mobilizadas.

O conflito entre os sem terra e o dono da fazenda de 650 hectares, começou há cinco anos. Os agricultores ocuparam as terras e iniciaram a produção. Depois de meses de ataques dos jagunços, foram expulsas pela polícia. Em 1987, reocuparam a fazenda; atualmente, reforçam suas reivindicações, na própria capital do estado (SEM TERRA, 1988, nº 77, p. 08).

Figura 03: Trabalhadores sem terra ocupam sede do Incri exigindo desapropriação das terras ociosas em poder dos latifundiários, Maceió 21/09 a 08/10/1988.¹²



O acampamento das famílias sem terra na frente da delegacia do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), em Maceió, durou entre os meses de setembro e outubro, obrigando as autoridades do Estado a negociar, “agora, o Instituto de Terra de Alagoas, se comprometeu a desapropriar mais três áreas, já que a Fazenda Peba (200 hectares) é suficiente para assentar apenas oito famílias” (SEM TERRA, 1988, nº 79, p. 04).

A mobilização das famílias acampadas se fez permanente durante os próximos meses de 1989, para que as outras famílias sem terra fossem acampadas na fazenda Lameirão,

Outros 75 lavradores, representantes das 50 famílias assentadas na fazenda Lameirão, município de Delmiro Gouveia, ocuparam a secretária de Agricultura, na capital, em 2 de maio. O governo ainda não pagou ao proprietário da Lameirão e o fazendeiro solta o gado na plantação dos trabalhadores. Também não foram cumpridos os acordos sobre sementes, infra-estrutura básica, alimentação.

As famílias procedem da ocupação da fazenda Lage, em Taquarana, em janeiro, trinta famílias foram assentadas na Lameirão junto com 20 que lá já estavam (SEM TERRA, 1989, nº 83, p. 05).

Mesmo diante de todas as adversidades as famílias sem terra acampadas na fazenda Lameirão, também localizada no alto Sertão Alagoano, produzem seus alimentos para avançar

¹² SEM TERRA, 1989, nº 88, p. 23.

na Reforma Agrária, fruto da luta do povo, como podemos observa na imagem abaixo (SEM TERRA, 1989, nº 88, p. 23).

Figura 04: Vista parcial da produção da fazenda Lameirão no município de Delmiro Gouveia 20/02/1989.¹³



Ao final da década de 1980, a germinação da semente que brotou na ocupação da fazenda Peba, em 26 de janeiro de 1987, no alto Sertão Alagoano, o MST estava gestado no Estado de Alagoas. No início da década de 1990, o movimento passa para uma nova etapa, a etapa de consolidação no estado. Abaixo segue um relato de Genivaldo Silva – presente no 6º Encontro Nacional do MST, realizado de 19 à 23 de fevereiro de 1991, em Piracicaba, São Paulo –, de como estava estruturado o MST de Alagoas e de como o movimento avançou no processo de territorialização no estado:

O MST está estruturado em oito municípios: Flecheiras, Joaquim Gomes, Cajueiro, Arapiraca, S. Sebastião, Colônia Leopoldina, Delmiro Gouveia e Jacuípe. Já organizamos 12 núcleos do Movimento: 5 no assentamento do Jacuípe, que conta com 140 famílias; 3 núcleos no Lameirão, localizado no sertão e está com 33 famílias assentadas; outro na fazenda Peba e mais dois núcleos urbanos, na capital. Lameirão e Peba ficam no município de D. Gouveia (SEM TERRA, 1991, nº 101, p. 05).

Figura 05: Capa do Jornal SEM TERRA, edição sobre o 6º Encontro Nacional do MST, de março de 1991. Na fotografia é possível identificar Genivaldo Silva segurando a bandeira do MST.¹⁴

¹³ SEM TERRA, 1989, nº 88, p. 23.



3 Considerações finais

Em nosso trabalho buscamos fazer o debate historiográfico sobre a gestão do MST em Alagoas, no período de 1985 a 1989. Nossos objetivos, para além deste, foi entender o papel desempenhado pelo o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Inhapi – mais especificamente de sua direção – na formação do MST no estado e compreender o processo de luta coletiva pela terra no Alto Sertão Alagoano.

Ao analisar o espaço rural alagoano foi possível identificar três espaços rurais existentes no estado de Alagoas, três Alagoas agropecuárias, onde: no Sertão, temos, o campesinato com técnicas da cultura popular; no Agreste, médios proprietários com equipamentos modernos combinados com técnicas tradicionais e no Leste do estado, temos a grande propriedade (latifúndios) com uma base tecnológica moderna.

¹⁴ SEM TERRA, 1991, nº 101, p. 01.

O MST nasce num contexto político de redemocratização no Brasil, com apoio de correntes das Igrejas Católica e Luterana influenciadas pela Teologia da Libertação ou Cristianismo da Libertação, no final da década de 1970 e início da década de 1980, a partir de ocupações de terra no Sul do país, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O I Encontro Nacional do MST, onde se dá o nascimento oficial do movimento, ocorre no ano de 1984 e o I Congresso Nacional já vai ser realizado no ano seguinte, em janeiro de 1985, na cidade de Curitiba (PR).

No estado de Alagoas, o MST surge a partir do conflito envolvendo trabalhadores e trabalhadoras sem terra que foram expulsos da fazenda Peba, sob ameaças de jagunços, pelo fazendeiro Miguel Gandú. Este senhor, que tinha uma propriedade improdutiva, com receio de que ela entrasse no PNRA, arrendou sua fazenda para que famílias sem terra cultivassem as terras improdutivas. Ao ver que suas terras não foram incluídas no PNRA, simplesmente quis expulsar as famílias das terras que elas tinham cultivado, colocando o gado dentro das plantações, destruindo tudo.

O processo de gestação do MST alagoano teve início quando Luiz Valério, trabalhador rural do STTR de Inhapi vai para o I Congresso em 1985. Foi possível identificar que este sindicato foi o berço do MST no estado, foi deste sindicato que saiu as principais lideranças desse período do MST em Alagoas. Destacamos Cazuzza e Genivaldo Silva.

Também foi possível evidenciar a luta coletiva de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra pela conquista das terras das fazendas Peba e Lameirão, localizadas em Delmiro Gouveia. Além de ocupar e resistir na terra, essas famílias realizaram várias manifestações, como a ocupação do Incra na capital do estado, com o objetivo de pressionar as autoridades públicas pela conquista da terra, sementes, crédito e infraestrutura para a melhor qualidade de vida das famílias acampadas.

Essas famílias, com o apoio e protagonismo dos membros do STTR de Inhapi, berço do MST, realizam a primeira ocupação de terra do estado de Alagoas com a bandeira do MST, no dia 26 de janeiro de 1987, assim nasce o MST alagoano. Em poucos anos o movimento está territorializado no estado. Consolidado, o MST se torna a principal referência na temática da reforma agrária, até o presente.

Referências

- BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. **Rompendo a cerca: a história do MST**. São Paulo: Casa Amarela, 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- PRADO JR., Caio. **A questão agrária no Brasil**. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 291 – 292.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação e territorialização do MST no Brasil**. IN: CARTER, Miguel (org.) **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- LESSA, Golbery Luiz. **Por um programa agrário para a esquerda alagoana**. IN: ALMEIDA, Luiz Savio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (Orgs.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013.
- LOWY, Michael. **Cristianismo da libertação: breves notas sobre a CPT**. IN: Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2018**. Goiânia: CPT Nacional, 2019.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2011.
- ONDENTTI, Gabriel; WAMBERGUE, Emmanuel; AFONSO, José Batista Gonçalves. **De posseiro a sem-terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará**. IN: CARTER, Miguel (org.) **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- SCOLESE, Eduardo. **Pioneiros do MST: caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o movimento**/ Eduardo Scolese; com fotos de Sérgio Lima. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SILVA, Aline Oliveira da. **A luta pela terra no sertão do rio São Francisco: a experiência do assentamento Lameirão, Delmiro Gouveia, Alagoas 1989-2014**. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de História. Delmiro Gouveia, 2019.
- SOARES, Estevão Firmo. **A Igreja Católica e a luta pela a terra no sertão: história do assentamento Peba, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1980-1989**. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de História. Delmiro Gouveia, 2018.
- SILVA, José Gomes da. **A reforma agrária brasileira na virada do milênio**. Maceió: EDUFAL, 1997.
- SILVA, José Roberto da. **Um pouco da história do MST em Alagoas: dos começos até 2007**. IN: ALMEIDA, Luiz Savio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (Orgs.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2012.

Fontes - periódicos

CUT. São Paulo: ano II, n. 01, agosto de 1984.

CUT. São Paulo: n. 03, agosto de 1985.

CUT. São Paulo: 1986.

CUT. São Paulo: n. 09, 1986.

SEM TERRA. São Paulo: ano V, n. 57, outubro de 1986.

SEM TERRA. São Paulo: ano VI, n. 60, fevereiro/março de 1987.

SEM TERRA. São Paulo: ano VI, n. 64, julho de 1987.

SEM TERRA. São Paulo: ano IX, n. 90, dezembro de 1989.

SEM TERRA. São Paulo: ano VIII, n. 77, outubro de 1988.

SEM TERRA. São Paulo: ano IX, n. 83, maio de 1989.

SEM TERRA. São Paulo: ano VII, n. 70, fevereiro de 1988.

SEM TERRA. São Paulo: ano IX, n. 95, julho/agosto de 1990.

SEM TERRA. São Paulo: ano VIII, n. 71, março de 1988.

SEM TERRA. São Paulo: ano VI, n. 59, janeiro de 1987.

SEM TERRA. São Paulo: ano VI, n. 67, outubro de 1987.

SEM TERRA. São Paulo: ano IX, n. 88, outubro de 1989.

SEM TERRA. São Paulo: ano VIII, n. 73, maio de 1988.

SEM TERRA. São Paulo: ano VIII, n. 79, dezembro de 1988.

SEM TERRA. São Paulo: ano X, n. 101, março de 1991.